

COMUNICADO TÉCNICO

Relações do Trabalho



FIERGS CIERGS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO DA UNIÃO DEBATE CUSTOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Na última reunião de Diretoria da FIERGS, foi apresentado um vídeo gravado durante a apresentação do relatório da comissão de orçamento da Câmara dos Deputados, onde o Deputado Ricardo Barros do Partido Progressista (PP/PR) realiza uma análise importante acerca da Justiça do Trabalho, sua efetividade e de seus custos. O relator propôs um corte de 50% (cinquenta por cento) nas dotações de custeio e de 90% (noventa por cento) nas dotações de investimento da Justiça do Trabalho, haja vista seu custo ser de R\$ 17,8 bilhões de reais por ano para o Brasil, contando com mais de 50 mil funcionários.

Assevera o Deputado Ricardo Barros, hoje Ministro da Saúde, que não há um controle sobre a demanda, a balança sempre pende para um lado e o empregado não perde nada. A Legislação trabalhista não acompanhou as mudanças sociais e mantém o conceito de hipossuficiência do trabalhador, sem avaliar a sua condição pessoal, ou seja, mesmo que ele possua formação superior e detenha toda a informação acerca da sua contratação, será considerado passível de tutela do Estado.

Um controle sobre a demanda, condicionando o ingresso das ações àqueles que realmente necessitam da tutela jurisdicional trabalhista, por meio de sucumbência proporcional, quando o pedido não for deferido, justiça gratuita somente com assistência sindical, limite de indenização em 12 vezes o salário mínimo e a possibilidade de ingresso com apenas uma ação judicial, servirá para dar maior segurança às empresas do montante a que estão expostas. A falta de limites e ônus faz com que trabalhadores que receberam suas verbas rescisórias de forma correta ingressem em juízo para buscar mais algum valor e isto acarreta um excessivo número de demandas.

[Integra do Vídeo Comissão de Orçamento](#)

GERÊNCIA TÉCNICA E DE SUPORTE AOS CONSELHOS TEMÁTICOS - GETEC

Conselho de Relações do Trabalho e Previdência Social